

Cleber Vasconcelos
Marco Antonio da Silva

DIREITO ELEITORAL

2ª edição
2020

saraiva  jur

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio</i>	9
<i>Apresentação</i>	11
Capítulo 1. HISTÓRIA DO DIREITO ELEITORAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL	21
1.1 O direito eleitoral e a Justiça Eleitoral no Brasil: breve relato.....	21
1.2 Conceito de direito eleitoral em nossa Constituição	23
1.3 Fontes do direito eleitoral brasileiro	23
Capítulo 2. PRINCÍPIOS JURÍDICOS	27
2.1 A questão das regras e princípios jurídicos	27
2.2 Princípio da autenticidade eleitoral	30
2.3 Princípio da liberdade de voto	30
2.4 Princípio constitucional da liberdade para o exercício do mandato.....	30
2.5 Princípio da necessária participação das minorias no debate político	31
2.6 Princípios constitucionais da máxima igualdade na disputa eleitoral e da neutralidade estatal	32
2.7 Outros princípios jurídicos aplicáveis.....	34
2.7.1 Princípio da soberania popular	34
2.7.2 Princípio republicano	35
2.7.3 Princípio da lisura das eleições	35
2.7.4 Princípio da celeridade	35
2.7.5 Princípio da preclusão instantânea	37
2.7.6 Princípio da igualdade do voto	37
2.7.7 Princípio da liberdade de formação da opinião	37
2.7.8 Princípio da imediatividade do voto e a questão das listas.....	38

2.7.9	Princípio da legalidade específica em matéria eleitoral e a questão das Resoluções e Instruções do TSE.....	38
2.7.10	Princípio ou regra da anualidade eleitoral?	40
2.7.11	Princípio da Unicidade	40
2.7.12	Princípio da fidelidade partidária, justa causa para a desfiliação e a ocorrência de fraude quanto à expulsão	41
2.7.13	Princípio da candidatura aparente	43
Capítulo 3. REGIMES DE GOVERNO E ESPÉCIES DE DEMOCRACIA		47
3.1	Regimes de governo	47
3.2	Democracia direta, semidireta e indireta	48
3.3	Sufrágio.....	53
3.4	O voto	53
3.5	<i>O impeachment</i>	54
3.6	Instrumentos da democracia	55
Capítulo 4. DIREITOS POLÍTICOS.....		57
4.1	Conceito e noções de direitos políticos.....	57
4.2	Direitos políticos.....	58
4.3	Perda e suspensão dos direitos políticos	61
4.4	Alistamento e voto	68
4.5	Alistamento e cadastro eleitoral: a questão do nome social e da identidade de gênero.....	73
4.6	Cancelamento e revisão da inscrição eleitoral	74
4.7	Condições de elegibilidade.....	77
4.8	Filiação partidária	83
4.9	Filiação especial e a elegibilidade do militar	87
4.10	Causas de inelegibilidade	87
4.11	Informativos e súmulas correlatos	100
Capítulo 5. PARTIDOS POLÍTICOS		117
5.1	Natureza jurídica	117
5.2	Conceito.....	118
5.3	Constituição dos partidos políticos	118
5.4	Direitos e garantias dos partidos políticos	120
5.5	Obrigações dos partidos políticos (prestação de contas anual).....	123
5.6	Estrutura paramilitar	136

5.7	Cláusula de barreira.....	137
5.8	Fidelidade partidária.....	138
5.9	Coligações partidárias.....	140
5.10	Convenção partidária (escolha dos candidatos pelo partido).....	142
5.11.	Registro dos candidatos (registro eleitoral).....	143
5.12	Informativos e súmulas correlatos.....	149
Capítulo 6. SISTEMAS ELEITORAIS.....		163
6.1	Sistema majoritário.....	163
6.2	Por maioria absoluta (dois turnos).....	165
6.3	Por maioria simples ou relativa (um único turno).....	165
6.4	Sistema proporcional.....	166
6.5	Informativo e súmula correlatos.....	169
Capítulo 7. CAMPANHA ELEITORAL E ACCOUNTABILITY.....		171
7.1	Abordagem geral.....	171
7.2	A influência do poder econômico no processo eleitoral: a questão da poluição do processo eleitoral.....	174
7.3	Publicidade política e as modalidades de propaganda.....	179
7.4	Propaganda partidária.....	181
7.5	Propaganda eleitoral, contrapropaganda e <i>fake news</i>	182
7.6	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral.....	192
7.6.1	É permanentemente proibido.....	192
7.6.2	É proibido no ano em que se realizar eleição.....	192
7.6.3	É proibido no primeiro semestre do ano de eleição.....	193
7.6.4	É proibido nos três meses que antecedem as eleições.....	193
7.7	Abuso do poder religioso. Propaganda eleitoral. Hipótese de configuração de abuso de poder econômico.....	194
7.8	Noções gerais do financiamento e da prestação de contas eleitorais.....	196
7.9	Arrecadação, <i>crowdfunding</i> e prestações de contas de campanha.....	199
7.10	Informativos e súmulas correlatos.....	206
Capítulo 8. ELEIÇÕES.....		237
8.1	Atos preparatórios para o dia das eleições.....	237
8.2	O dia das eleições.....	242
8.3	Apuração.....	250
8.3.1	Apuração no TRE.....	253

8.3.2	Apuração no TSE.....	254
8.4	Proclamação dos eleitos	254
8.5	Diplomação	255
8.6	Posse.....	257
8.7	Fiscalização das eleições.....	258
8.7.1	Fiscalização pela Justiça Eleitoral	258
8.7.2	Fiscalização pelos partidos políticos, coligações, candidatos e membro do Ministério Público	258
8.7.3	Presidente da mesa e juiz eleitoral – Polícia.....	260
8.8	Nulidades da votação.....	261
8.8.1	É nula a votação quando.....	261
8.8.2	É anulável a votação quando	261
8.9	Informativos correlatos.....	264
Capítulo 9. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL		267
9.1	Previsão legal.....	267
9.2	Composição.....	268
9.3	Atribuições	269
9.4	Impedimento.....	274
9.5	Informativo correlato	274
Capítulo 10. JUSTIÇA ELEITORAL.....		277
10.1	Introdução.....	277
10.2	Especialidades da Justiça Eleitoral	278
10.3	Da composição da Justiça Eleitoral	279
10.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	280
10.4.1	Composição	280
10.4.2	Impedimento de seus membros.....	280
10.4.3	Competência.....	281
10.4.4	Irrecorribilidade das decisões	283
10.4.5	Poder regulamentador	283
10.5	Tribunais Regionais Eleitorais (TRES)	283
10.5.1	Composição	283
10.5.2	Competência.....	284
10.5.3	Recorribilidade das decisões	286
10.6	Juízes eleitorais.....	286
10.6.1	Noções gerais.....	286

10.6.2	Competência.....	287
10.6.3	Escrivão eleitoral.....	288
10.7	Juntas eleitorais.....	288
10.7.1	Constituição.....	288
10.7.2	Composição e impedimentos.....	289
10.7.3	Competência.....	290
10.8	Zonas eleitorais.....	290
10.9	Seção eleitoral.....	290
10.10	Mesas receptoras.....	291
10.11	Súmulas.....	292
Capítulo 11.	AÇÕES ELEITORAIS.....	293
11.1	Introdução: especificidades do processo eleitoral.....	294
11.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	297
11.2.1	Finalidade.....	297
11.2.2	Competência.....	297
11.2.3	Causas.....	297
11.2.4	Legitimidade.....	298
11.2.5	Prazos.....	299
11.2.6	Prova.....	300
11.2.7	Julgamento.....	300
11.2.8	Efeitos da sentença.....	301
11.3	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	302
11.3.1	Fundamento e objeto.....	302
11.3.2	Legitimados.....	302
11.3.3	Competência.....	302
11.3.4	Causas.....	303
11.3.5	Prazo.....	304
11.3.6	Efeitos da sentença.....	304
11.3.7	Do recurso.....	305
11.4	Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME).....	305
11.4.1	Cabimento.....	305
11.4.2	Previsão legal.....	305
11.4.3	Legitimidade.....	306
11.4.4	Competência.....	306
11.4.5	Hipóteses de cabimento.....	306
11.4.6	Procedimento.....	307

11.5	Recurso contra a Diplomação (RDC)	308
11.5.1	Natureza jurídica e previsão legal.....	308
11.5.2	Legitimidade.....	309
11.5.3	Competência.....	309
11.5.4	Rito	309
11.5.5	Cabimento	309
11.5.6	Efeitos da sentença	310
11.6	Representação ou reclamação.....	310
11.6.1	Cabimento	310
11.6.2	Legitimidade.....	311
11.6.3	Competência.....	311
11.6.4	Procedimento	311
11.6.5	Prazo.....	312
11.6.6	Recursos.....	312
11.7	Ação rescisória eleitoral.....	313
11.7.1	Previsão legal.....	313
11.7.2	História	313
11.7.3	Legitimidade.....	313
11.7.4	Competência.....	314
11.7.5	Cabimento	314
11.7.6	Procedimento	315
11.7.7	Recurso.....	315
11.8	Consultas eleitorais.....	315
11.9	Tutelas provisórias	316
11.10	Informativos e súmulas correlatos	316
Capítulo 12. RECURSOS ELEITORAIS		327
12.1	Particularidades dos recursos eleitorais	327
12.1.1	Restrição da possibilidade recursal	327
12.1.2	Ausência de juízo de admissibilidade.....	328
12.1.3	Juízo de retratação	328
12.1.4	Efeito recursal.....	328
12.1.5	Prazos.....	329
12.1.6	Recurso contra as decisões das Juntas apuradoras.....	329
12.1.7	Recursos contra decisões das Juntas ou juízes eleitorais	329
12.1.8	Recurso contra a decisão do exercício do direito de resposta	330

12.1.9	Em resumo: recursos eleitorais previstos no ordenamento jurídico brasileiro	330
12.2	Recursos eleitorais em espécie e outros instrumentos de impugnação de decisões proferidas no âmbito do processo contencioso eleitoral	331
12.2.1	Embargos de declaração	331
12.2.2	Agravo de instrumento	332
12.2.3	Apelação criminal eleitoral	332
12.2.4	Revisão criminal	332
12.2.5	Recurso inominado	332
12.2.6	<i>Habeas corpus</i> eleitoral	333
12.2.7	Mandado de segurança eleitoral	333
12.3	Súmulas correlatas	334

Capítulo 13. DIREITO PENAL ELEITORAL. PROCESSO PENAL ELEITORAL. CRIMES ELEITORAIS..... 337

13.1	Breves considerações sobre direito penal eleitoral e processo penal eleitoral....	337
13.2	Crimes eleitorais	339
13.2.1	Previsão legal e conceito	339
13.2.2	Classificação	339
13.2.3	Particularidades dos crimes eleitorais.....	345
13.2.4	Principais crimes eleitorais	348
13.3	Informativos e súmulas correlatos.....	354

CAPÍTULO 14. CRÍTICA AO POSITIVISMO JURISPRUDENCIALISTA: A VULGATA DO ATIVISMO JUDICIAL E SEU ÁLBI TEÓRICO DA DISCRICIONARIEDADE..... 363

14.1	Contextualizando a temática ao direito eleitoral.....	363
14.2	As faces do ativismo judicial.....	366
14.3	Democracia constitucional e ativismo judicial.....	372
14.4	Conclusão acerca do tema.....	374

CAPÍTULO 15. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EXTRAORDINÁRIAS DE 2020, COM AS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 107/2020..... 379

15.1	O novo panorama mundial estabelecido através da pandemia da Covid-19...	379
15.2	A anulação eleitoral do art. 16 da Constituição e a Emenda Constitucional n. 107/2020	381
15.3	As novas datas excepcionais das eleições.....	383
15.4	Transmissão de programa apresentado ou comentado por pré-candidato	384
15.5	O novo período convencional.....	385

15.6	O último dia para requerer o registro de candidatura	386
15.7	A propaganda eleitoral e seu novo intervalo	387
15.8	Os planos de mídia	388
15.9	Divulgação e distribuição do Fundo Partidário	389
15.10	Prestação de contas após as eleições e diplomação dos eleitos.....	389
15.11	Preservação dos demais prazos eleitorais	390
15.12	Desincompatibilizações	390
15.13	Possibilidade de novo adiamento das eleições	391
	ANEXO I . SÚMULAS VÁLIDAS DO TSE	393
	ANEXO II. RESOLUÇÃO N. 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016 – BRASÍLIA – DF	403
	<i>Referências bibliográficas.....</i>	409